

Mailson quer solução cooperada

23 NOV 1988

por Jurema Baesse
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, defendeu, ontem, em almoço com o "Grupo Columbus", constituído por empresários latino-americanos, "uma solução cooperativa para a dívida externa que possibilite a redução do estoque da dívida, antes que os grupos radicais tomem essa bandeira".

No entendimento de Nóbrega, essa redução da dívida deve ser buscada pelo atual governo e por todos os países da América Latina sem correr o risco de que esse alívio na dívida se-

ja buscado pelo confronto. O confronto não é viável para ninguém, observou, e a redução do estoque da dívida pode ser buscada com negociação. Na opinião do ministro da Fazenda, a redução da dívida deve ser voluntária, e negociada caso a caso, e apenas para os países que estejam fazendo algum tipo de ajuste fiscal em suas contas. Do contrário, entende Nóbrega, essa redução na dívida pode ser desviada e acabar gerando mais consumo, o que pode ser inflacionário.

As alternativas para a redução do estoque da dívida, que irão compor a etapa final de equacionamento da dívida externa, precedi-

da do acordo com os bancos privados, FMI e Clube de Paris, deverão começar a ser discutidas, de forma conjunta, na reunião dos ministros da Fazenda de oito países que se realizará nos próximos dias 11 e 12 no Rio de Janeiro. Essa redução da dívida poderá ser buscada por meio do próprio mercado, com a colocação de bônus da dívida brasileira, e até com a possibilidade de que essa dívida, ou parte dela, seja adquirida pelo Banco Mundial, ou algum outro organismo internacional, por um valor menor, repassando o desconto para o país devedor.

Na avaliação de um as-

essor do ministro da Fazenda, essa reunião com os ministros da Fazenda no Rio de Janeiro poderá ser decisiva e avançar com relação a um novo tratamento na questão da dívida. A vitória dos partidos de oposição, PT e PDT, na eleição para as prefeituras de importantes capitais, poderá favorecer o País com relação à negociação da dívida, entende essa fonte do Ministério da Fazenda. Por temer um endurecimento por parte do Brasil, em razão do resultado das urnas, os credores poderão aceitar a discussão de alternativas mais suaves de pagamento.